

Proposta contra inflação

ROELOF SÁ
Editor Nacional

Cem por cento ao ano. Esta é a expectativa que a assessoria econômica do candidato Fernando Collor de Mello tem para a inflação no primeiro ano de seu governo — entre 15 de março de 1990 e 15 de março de 1991 — caso ele seja eleito neste segundo turno. Os economistas vinculados ao candidato do PRN estimam que, nos primeiros 18 meses de governo, chegarão à meta de 43 por cento de inflação anual — qualquer coisa em torno de três por cento ao mês. No entanto, no primeiro ano do governo Collor de Mello, este índice deverá girar em torno dos 10 por cento ao mês.

“É uma perspectiva bastante diferente daquela que vivemos no momento”, observa o economista Luís Eduardo Assis, que trabalha na elaboração do programa de Collor de Mello e é professor da Fundação Getúlio Vargas. Integrante da equipe econômica do candidato do PRN, Assis lembra que, com os níveis atuais de 40 por cento de inflação ao mês, o brasileiro está convivendo com uma inflação de seis mil por cento ao ano.

A meta é jogar a inflação abaixo dos dois dígitos ainda no primeiro ano do governo Collor, excluindo, para isto, ações do tipo congelamento ou choques econômicos que, na maioria das vezes simplesmente levam o nome de seus patrocinadores, sem garantir uma política econômica eficiente para o País.

“O choque que este País precisa agora é um choque de credibilidade”, avalia Luís Eduardo Assis. Esse choque passa, exatamente, pelos quatro pontos principais do programa de governo de Collor de Mello, que ataca a política fiscal, a questão administrativa, o problema patrimonial e o resgate da dívida externa brasileira.

São ações que precisam começar simultaneamente, para que se obtenha um quadro geral coerente, avalia Assis. Principalmente pela anuidade fiscal. “Se passar pelo Congresso Nacional, ótimo. Se não, vamos tratar de combater a sonegação, os incentivos e subsídios” — confessa o economista.

O professor da Fundação Getúlio Vargas acha, porém, que alguma coisa pode ser feita através de Medida Provisória ou Lei Delegada — um instrumento pouco difundido no País. “O que ocorre é que a Medida Provisória não pode, simplesmente, ser usada como um filho bastardo do Decreto-Lei” — antecipa.

Os economistas ligados ao candidato do PRN têm em mente a necessidade de iniciar um trabalho imediato com vistas a mudanças econômicas, que devem se sobrepor à posse de Collor de Mello. Se possível, mesmo, antecê-la, de forma a garantir a estabilização da economia do País.

“Nós não estamos trabalhando com uma perspectiva de hiperinflação, na medida em que se entenda hiperinflação como uma situação onde são destruídas todas as funções da moeda. O Brasil tem um quadro diferenciado de outros países, na medida em que ainda há a indexação da moeda através do BTN e não a troca do cruzado pelo dólar” — ensina Assis.

Este indexador oficial é que permite à economia continuar funcionando. Em contrapartida, é perverso na medida em que permite que a inflação nunca caia. “Mas não é o pior dos mundos” — analisa o economista do PRN.

PT

Analisando a proposta do Partido dos Trabalhadores para a área econômica, Luís Eduardo Assis considera que falta um detalhamento maior dos envolvidos na equipe econômica do PT sobre a questão. “Eles falam em moratória, mas isso é uma bandeira que data de 1982. Moratória só é solução quando é eterna. E, a partir daí, passa a ter outro nome: vira repúdio da dívida” — assinala Assis.

“Não se pode pensar no Brasil como uma Albânia tropical. Partir deste princípio é querer reinventar a roda”, comenta. Na opinião do economista, o programa do PT tem um conteúdo ideológico — “o que é bom” — mas dá a impressão de que não estava nas perspectivas do partido chegar ao segundo turno. “É um programa genérico demais; um programa de campanha” — dispara o assessor do PRN.